



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

PREGÃO ELETRÔNICO

53/2.025

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL.

OBJETO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO, AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 499.700,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e setecentos reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

das 09:00 horas do dia 08/12/2.025 até às 09:00 horas do dia 18/12/2.025.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS:

às 09:05 horas do dia 18/12/2.025.

FIM DOS ESCLARECIMENTOS e DA IMPUGNAÇÃO:

até às 23:59 horas do dia 15/12/2.025.

REFERÊNCIA DE TEMPO:

HORÁRIO DE BRASÍLIA (DF).

LOCAL:

www.bllcompras.org.br "ACESSO IDENTIFICADO".

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12 MESES

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não. Tratamento diferenciado.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2.025

(Processo Administrativo nº 12.661/2.025)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL por meio do Departamento de Administração, sediado na Avenida Hélio Vergueiro Leite s/n – Bloco G – Jardim Universitário, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), do Decreto Municipal nº 5.699 de 1º junho de 2023, do Decreto Municipal nº 5.780 de 29 de dezembro de 2023, do Decreto Municipal nº 5.779 de 29 de dezembro de 2023, do Decreto Municipal nº 5.993, de 22 de abril de 2.025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para a aquisição de material didático destinado à Educação Infantil, em consonância com os princípios constitucionais da educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

2.2 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no BLL, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3 - As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: contato@bll.org.br.

2.4 - É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.4.1 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.4.2 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.4.3 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.4.4 - Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,

2.4.5 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.5 - Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente o cumprimento dos requisitos deste Edital.

2.6 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Espírito



Santo do Pinhal/SP por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.7 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.10 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.11 - Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com a chefe do Poder Executivo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8 - Agente Público do Município de Espírito Santo do Pinhal;

2.11.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Espírito Santo do Pinhal, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.12 - O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



2.13 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14 - O disposto nos itens 2.11.1 e 2.11.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15 - A vedação de que trata o item 2.11.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1 - O critério de julgamento deste Edital é o MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO.

3.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.3.1 - O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.4 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.9.2 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

3.10 - O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; e, ainda, a condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

4.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

4.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

4.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote único.

4.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

4.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.12 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo)**.

4.13 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

4.14 - Será adotado o modo de disputa **aberto**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.



4.15 - A etapa de lances terá duração inicial de dez minutos e, prorrogáveis automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois minutos anteriores ao seu término, e será encerrada quando não forem registrados novos lances dentro desse prazo adicional.

4.16 - Os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.18 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.19 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

4.20 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.21 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

4.23 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.24 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.25 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.26 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.26.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo a classificação;

4.26.2 - A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

4.26.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430/2023.

4.26.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade.

4.26.5 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.26.5.1 - Empresas estabelecidas no Estado de São Paulo.

4.26.5.2 - Empresas brasileiras;

4.26.5.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.26.5.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

4.27 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.28 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.29 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.30 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.32 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.33 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5 - DA FASE DE JULGAMENTO

5.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1 - Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

5.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidores.cgu.gov.br/>)

5.1.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.1.4 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

5.3 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.4 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1 - Contiver vícios insanáveis;

5.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.4.3 - Apresentar preços ineqüíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.5 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de ineqüibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.6 - A ineqüibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.7 - Se houver indícios de ineqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.8.1 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

5.8.2 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.8.3 - O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.4 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 - Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

6.2 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.3 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.3.1 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.4 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.4.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.4.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.5 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.7 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.8 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, porém devem ser apresentadas as certidões mesmo que haja restrição.

6.9 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.10 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet;

6.11 - A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original ao Pregoeiro e equipe, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6.12 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



6.13 - A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA (O NÃO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA ACARRETARÁ NA INABILITAÇÃO DA EMPRESA).

6.14 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.15 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.16 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

6.17 - Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço (verificando-se a Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores), negociará com o seu autor, nas mesmas condições e prazos, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente aos requisitos, caso em que será declarado vencedor.

6.18 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação no Subitem abaixo:

6.19 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.19.1 - Documentos Aceitos:

6.19.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.19.1.2 - Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.19.1.3 - Sociedade comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação;

6.19.1.4 - Sociedade civil: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação e prova da diretoria em exercício.

6.19.1.5 - Sociedade por Ações: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação e documentos comprobatórios da eleição de seus administradores;

6.19.1.6 - Empresa ou Sociedade Estrangeira: Decreto de autorização de funcionamento no país.

6.20 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.20.1 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizada, emitido pelo Ministério da Fazenda conforme Instrução Normativa RFB no 1.634 de 06 de maio de 2016 da Secretaria da Receita Federal.

6.20.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.20.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede. Se for o Estado de São Paulo deverá ser apresentada a Certidão de Regularidade de Débitos Inscritos na Dívida Ativa.

6.20.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.



6.20.5 - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.20.6 - Prova de regularidade relativa à justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento ao exposto na Lei Federal 12.440/11.

6.21 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

6.21.1 - Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida pela Internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento;

6.21.2 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.21.2.1 - No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

6.21.2.2 - Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

6.21.2.3 - No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

6.21.2.4 - Consideram-se "já exigíveis" as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes aos exercícios sociais de 2.023 e 2.024.

6.21.2.5 - Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

6.21.3 - Apresentação dos índices abaixo discriminados, assinado pelo profissional de contabilidade responsável pelos cálculos.

$$\text{Grau de endividamento} = \frac{\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}{\text{patrimônio líquido}}$$

$$\text{Índice de liquidez geral} = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$$



$$\text{Índice de liquidez corrente} = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$$

- a. O índice de endividamento é uma medida utilizada para avaliar o quanto uma empresa ou indivíduo está endividado em relação ao seu patrimônio líquido. Ele é calculado dividindo o total da dívida da empresa pelo seu patrimônio líquido.
- b. O índice de liquidez geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte, para liquidar suas obrigações, com vencimento no mesmo período.
- c. O índice de liquidez corrente, em tese, é a relação entre os ativos e passivos circulantes de uma companhia. Dessa forma, esse índice mostra a capacidade de uma empresa de converter seus ativos em dinheiro, possibilitando o pagamento de seus compromissos.

OBS.: JUSTIFICATIVA:

O ponto de partida dos indicadores de liquidez é **identificar e mensurar com clareza os grupos de ativos do balanço patrimonial**. Dessa forma, os dados serão mais precisos.

A regra para entender melhor o que os números sinalizam é baseada nos resultados de cada fórmula:

- **Resultado maior do que 1:** a empresa tem um bom nível de liquidez;
- **Resultado igual a 1:** os recursos que a companhia tem, empatam com as obrigações que ela precisa pagar;
- **Resultado menor do que 1:** o negócio não tem como honrar os pagamentos no período avaliado.

O **Grau de Endividamento** indica a solvência da empresa, em todos os prazos, ou a cobertura de dívida, com todos os credores e nos permite avaliar o risco da empresa e, ao contrário dos índices de liquidez, o grau de endividamento observa a premissa de quanto menor, melhor. No caso proposto, o Grau de Endividamento de 0,55 indica que para cada R\$ 1,00 (um real) de ativo a empresa teria R\$ 0,55 de capital de terceiros em sua estrutura.

Tais indicadores econômicos financeiros se fazem necessários e indispensáveis à aferição da capacidade financeira do licitante em face dos compromissos pertinentes ao contrato do presente certame licitatório. Além disso, o Tribunal de Contas do Estado, vem aceitando tais índices e coeficientes, citando como exemplo (TC-3217/026/09, TC-001318/011/08 TCs 3111.989.16-6; 3141.989.16-0 e 3156.989.16-2).

6.21.3.1 - Sendo os valores de referência para o grau de endividamento igual ou menor que 0,55 e os demais índices igual ou superior a 1,0.

6.21.3.2 - As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.



6.21.4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.21.5 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

6.21.6 - Exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.22 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.22.1 - Declaração Conjuntiva, nos termos do anexo III.

6.22.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. Deverão ser apresentados atestados com quantitativo, mínimo, de 600 kits pedagógicos.

6.22.2.1 - O quantitativo será calculado pelas somas dos quantitativos de cada atestado.

6.22.2.2 - Somente serão aceitos atestados firmados em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado pelo responsável que o expediu, com as Razão Social, CNPJ, indicação do respectivo cargo ou função de quem o expediu, comprovação de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

6.22.3 - DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

6.22.3.1 - A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45) deverá ser comprovada mediante apresentação de documentos, sendo obrigatório para o MEI a apresentação do Comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, emitida por um período de até 90 (noventa) dias, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal.

6.22.3.2 - Deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, por ocasião do certame, mesmo que apresente restrição.

6.22.3.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.22.3.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E DA PROVA DE CONCEITO

7.1 – O licitante que ficar classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a amostra do produto no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme as orientações do Termo de Referência. O não cumprimento desse prazo, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, implicará na desclassificação da proposta.

7.2 – As amostras apresentadas poderão ser avaliadas por todos os interessados, inclusive pelos demais licitantes, garantindo transparência ao processo.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

7.3 – O resultado da avaliação das amostras será divulgado por mensagem no sistema eletrônico da licitação.

7.4 – Caso o licitante não entregue a amostra, entregue com atraso sem justificativa aceita, ou apresente produto fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será recusada.

7.5 – Se a amostra do primeiro colocado não for aprovada, o Pregoeiro analisará a proposta do segundo classificado, seguindo a mesma sequência de avaliação das amostras até que se encontre uma que atenda integralmente às especificações técnicas do Termo de Referência.

7.6 – Da Prova de Conceito (POC).

7.6.1 – Após a análise técnica da documentação apresentada, a proposta classificada como de menor preço, desde que o sistema ofertado atenda aos requisitos técnicos preliminares previstos neste Edital e seus anexos, será submetida à Prova de Conceito (POC). A Prova de Conceito será realizada no mesmo dia da entrega das amostras.

7.6.2 – A Prova de Conceito (POC) consiste na realização de testes práticos, perante a Comissão designada, para demonstrar o cumprimento efetivo das especificações técnicas descritas no Anexo I – Termo de Referência. Essa etapa é condição obrigatória para a homologação do objeto licitado.

7.6.3 – A Prova de Conceito será considerada aprovada somente se o sistema ou produto atender a 100% (cem por cento) dos itens avaliados, apresentando também a coleção completa de materiais destinados ao aluno e ao professor, conforme previsto no Termo de Referência.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ECLARECIMENTO

8.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: portal BLL e e-mail: compras@pinhal.sp.gov.br.

8.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

9.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11 - Fica franqueada vista aos autos do processo a todos os interessados.

10 - A FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1 - A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei Federal 14.133/2021, bem como pelo Decreto Municipal nº 5.779 de 29 de dezembro de 2023.

10.2 - O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob Anexo IV, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

10.3 - A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

10.4 - Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

10.5 - A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

10.6 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos definidos no Decreto Municipal nº 5.699 de 1º de junho de 2023.



11 - DO REGISTRO POR APOSTILA

11.1 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

11.1.1 - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

11.1.2 - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

11.1.3 - Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

11.1.4 - Alteração do Empenho de dotações orçamentárias.

12 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

12.1 - Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.1.1 - Unilateralmente pela Administração:

12.1.1.1 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

12.1.1.2 - Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

12.1.1.3 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.

12.1.2 - Por acordo entre as partes:

12.1.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

12.1.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

12.1.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

12.1.2.4 - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.1.3 - Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o resarcimento dos danos causados à Administração.

12.1.4 - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.1.5 - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

12.1.6 - Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13 - DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

13.1.1 - As contratações serão fiscalizadas e controladas pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5.699 de 1º de junho de 2023.



14 - DA PUBLICIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia da contratação e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal N.º 14.133/2021.

14.2 - Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

15 - DO REAJUSTAMENTO E EQUILÍBRIOS ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1 - Nos termos do art. 25, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de reajuste de preços, o índice do IPCA ou outro que vier por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

15.2 - A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.

15.3 - A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.4 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - O pagamento será efetuado conforme quantitativo apresentado pelo fiscal e após a apresentação da nota fiscal em confronto com o empenhado e deve estar devidamente atestada pelo setor competente.

16.2 - Após confirmada a execução do objeto, a Administração contratante terá prazo de até 30 (trinta) dias úteis para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, devidamente acompanhada dos boletins de medição aferidos pela contratada e atestados pelo (a) fiscal de contrato.

16.3 - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e da Ordem de Empenho.

16.4 - Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

17 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei Federal N.º 14.133/2021:

17.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.1.13 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens anteriores, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021.



17.2 - DAS PENALIDADES

17.2.1 - Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

17.2.2 - ADVERTÊNCIA

17.2.2.1 - A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.3 - MULTA

17.2.3.1 - Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

17.2.3.2 - Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de serviço, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item anterior desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

17.2.3.3 - Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

17.2.3.4 - A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

17.2.3.5 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

17.2.3.6 - Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

17.2.3.7 - O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.4 - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

17.2.4.1 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.5 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

17.2.5.1 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.5.2 - As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

17.2.5.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

17.2.5.4 - Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

17.3.2 - As peculiaridades do caso concreto

17.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

17.5 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.6 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.7 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:

18.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

18.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

18.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

18.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

18.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados impeditivos da execução do contrato;

18.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

18.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

18.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela Chefe do Poder Executivo Municipal.

18.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2 - DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL



18.2.1 - A extinção do contrato poderá ser:

18.2.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.2.1.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

18.2.1.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2.1.4 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.3 - DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO

18.3.1 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

18.3.1.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei Federal n.º 14.133/2021;

18.3.1.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

18.3.1.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

18.3.1.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

18.3.1.5 - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.3.2 - As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 18.3.1.2, 18.3.1.3 e 18.3.1.4 observarão as seguintes disposições:

18.3.2.1 - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

18.3.2.2 - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

18.4 - DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.4.1 - **CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO:** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será resarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

18.4.1.1 - Devolução da garantia;

18.4.1.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

18.4.1.3 - Pagamento do custo da desmobilização, se for o caso.

18.4.2 - **DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO:** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

18.4.2.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

18.4.2.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

18.4.2.3 - Execução da garantia contratual para:

18.4.2.3.1 - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;



18.4.2.3.2 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

18.4.2.3.3 - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

18.4.2.3.4 - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

18.4.2.4 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.4.3 - A aplicação das primeiras duas medidas previstas ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.4.4 - Na hipótese da segunda medida o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Diretor responsável, conforme o caso.

18.4.5 - Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

19 - DA NULIDADE CONTRATUAL

19.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

19.1.1 - Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

19.1.2 - Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

19.1.3 - Motivação social e ambiental do contrato;

19.1.4 - Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

19.1.5 - Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

19.1.6 - Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

19.1.7 - Medidas efetivamente adotadas pelo Município de Espírito Santo do Pinhal para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

19.1.8 - Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

19.1.9 - Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

19.1.10 - Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

19.1.11 - Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

19.2 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

19.3 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituinte os já produzidos.

19.4 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

19.5 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

19.6 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa



19.7 - DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

19.7.1 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.

20.7.1 - Os prazos definidos em Edital serão sempre contados em dias corridos, exceto nos casos em que se mencionar dias úteis.

20.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.pinhal.sp.gov.br.

20.11 - Os decretos municipais mencionados neste Edital estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.pinhal.sp.gov.br/legislacao/categoria/5/decretos-municipais/>

20.12 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.12.1 - ANEXO I - Termo de Referência

20.12.2 - ANEXO II – Prova de Conceito

20.12.3 - ANEXO III – Modelo de Proposta

20.12.4 - ANEXO IV – Declaração Conjuntiva

20.12.5 - ANEXO V – Minuta do Contrato

20.12.6 - ANEXO VI – Termo de Ciência de Notificação

Espírito Santo do Pinhal, 04 de dezembro de 2.025.

SÉRGIO FERREIRA DO CARMO

Diretor do Departamento de Administração



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2.025

PROCESSO Nº. 12.661/2.025

1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a futura contratação de material didático destinado à Educação Infantil, em consonância com os princípios constitucionais da educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O material deverá assegurar a articulação entre cognição, afetividade, valores sociais e desenvolvimento linguístico, contemplando, de modo especial, propostas metodológicas alicerçadas na abordagem fônica.

1.2 Estima-se na implantação do sistema previsto para o ano de 2.026, um total de 1.220 alunos, distribuídos conforme segue:

1.3 O quadro abaixo demonstra a estimativa do número de alunos da Educação Infantil da rede municipal de Espírito Santo do Pinhal para o ano letivo de 2026.

Segmento	Etapa de Ensino	Quantidade alunos	Quantidade professores
Educação Infantil	Maternal 1	260	29
Educação Infantil	Maternal 2	270	25
Educação Infantil	Pré I	340	40
Educação Infantil	Pré II	350	30

2. Fundamentação Pedagógica

2.1 Maternal I

O material deve contemplar o cuidar, educar e brincar como eixos integradores, favorecendo o desenvolvimento integral da criança por meio de experiências pedagógicas significativas.

Deve estar alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, contemplando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de 0 a 3 anos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Integrar de forma indissociável o cuidar, educar e brincar, assegurando práticas pedagógicas significativas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças de 2 anos.

Possibilitar experiências que estimulem os cinco campos de experiências da BNCC:

* O eu, o outro e o nós – identidade, vínculos afetivos e pertencimento;

* Corpo, gestos e movimentos – expressão corporal e motricidade;

* Traços, sons, cores e formas – criatividade e múltiplas linguagens;

* Escuta, fala, pensamento e imaginação – oralidade, comunicação e imaginação;

* Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – exploração do ambiente, noções de tempo, espaço e quantidade.



Favorecer a interação com adultos, colegas, objetos e o meio, promovendo descobertas e aprendizagens de forma lúdica e segura.

Incluir propostas que articulem a prática docente com o envolvimento das famílias, reconhecendo sua importância no processo educativo e no desenvolvimento infantil.

Constituir-se como recurso essencial para ampliar as oportunidades de aprendizagem, respeitar as singularidades de cada criança e assegurar qualidade no atendimento à Educação Infantil.

2.2 Maternal II – PRÉ I – PRÉ II

O material didático a ser adquirido deve adotar como um dos eixos estruturantes o desenvolvimento progressivo da consciência fonológica e da consciência fonêmica, por meio da relação sistemática entre grafemas e fonemas, com grau de complexidade adequados às etapas da Educação Infantil.

A abordagem fônica, amparada por referenciais da fonoaudiologia e pela literatura especializada, valoriza o ensino explícito, sequenciado e estruturado, oferecendo às crianças condições de perceberem que a fala pode ser decomposta em sons e recombinação em novas unidades significativas. Percepções essas, que podem ser estimuladas desde a educação infantil, favorecendo o desenvolvimento progressivo da aquisição de leitura e escrita de maneira competente em etapas posteriores da escolarização. O método fônico tem respaldo em evidências neurocientíficas, que demonstram a relevância do ensino intencional e da estimulação precoce da consciência fonológica para o fortalecimento das redes neurais ligadas à linguagem. Também dialoga com as concepções contemporâneas de Educação Socioafetiva, que reconhecem a importância da mediação docente, da ludicidade e do vínculo afetivo no processo de ensino-aprendizagem.

O material didático a ser adotado deve ter como fio condutor da sequência didática, contos literários com o intuito de atribuir significado aos temas trabalhados, o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e do gosto pela leitura.

O material didático a ser adquirido deve propor atividades com as habilidades socioemocionais, por meio de atividades propostas no decorrer das sequências didáticas, considerando relação crucial entre a educação socioafetiva e a escuta ativa nos processos de ensino e aprendizagem.

3. Alinhamento Normativo (BNCC, LDB, Constituição)

O material deve atender às exigências estabelecidas pela BNCC, contemplando os campos de experiências previstos para a Educação Infantil:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Nesse sentido, é indispensável que o material assegure os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças — conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se — de modo que o trabalho com a linguagem oral e escrita esteja integrado a experiências estéticas, motoras, cognitivas e socioemocionais.

Além disso, o material deve promover o desenvolvimento de valores éticos, sociais e culturais, contemplando situações didáticas que favoreçam a autonomia, a solidariedade, o respeito às diferenças, a cooperação e a criticidade.



A solução deve observar os princípios constitucionais da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, bem como os fundamentos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). O atendimento aos direitos de aprendizagem da BNCC deve se dar de forma intencional, respeitando a ludicidade, as interações, as brincadeiras e a centralidade da criança no processo educativo.

A incorporação de recursos audiovisuais, constitui medida que amplia o acesso às múltiplas linguagens, fortalece a inclusão e atende ao princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, ao oferecer materiais pedagógicos diversificados e de comprovada relevância educacional.

4. Especificações Técnicas do Material Didático

O material didático a ser adquirido deve apresentar as seguintes características:

- Consciência fonológica: propostas de exercícios que favoreçam a discriminação auditiva, a percepção de rimas, aliterações e segmentações silábicas, de forma gradativa e sistemática.
- Organização sequenciada: proposta de atividades, partindo de unidades sonoras mínimas (fonemas), promovendo o princípio da consciência fonêmica que se dará de forma gradual e progressiva.
- Correspondência fonema-grafema: ensino claro e explícito das relações entre sons e letras, com progressão em nível crescente de complexidade de acordo com as etapas da Educação Infantil.
- Recursos visuais e auditivos: Para além do material impresso, é fundamental que a solução educacional apresente um conjunto de recursos audiovisuais integrados, planejados para complementar e potencializar as aprendizagens.
- Oferecer vídeos curtos, lúdicos e contextualizados, com linguagem acessível e cenários que promovam acolhimento e envolvimento emocional, de modo a ampliar o vocabulário infantil, apresentar novos conceitos e reforçar hábitos e valores sociais.
- Estimular a consciência fonológica por meio da associação entre sons e letras, introduzindo vogais e consoantes em sequência estruturada, com apoio de exercícios de articulação, ritmo, entonação e reconhecimento auditivo.
- Apresentar propostas de contação de histórias, reconto e exploração de gêneros textuais diversos, incentivando o contato das crianças com a literatura e com diferentes formas de expressão escrita e oral.
- Promover atividades que integrem a oralidade com práticas corporais, jogos rítmicos e expressões artísticas, de modo a favorecer a coordenação motora, a musicalidade e a socialização.
- Incluir vídeos temáticos que abordem conteúdos de ciências, matemática, arte, experiências culturais e curiosidades sobre o mundo natural e social, sempre em perspectiva lúdica e investigativa.
- Possibilitar momentos de criação e experimentação artística, incentivando a criança a desenvolver sua criatividade, a explorar materiais simples e a construir brinquedos, jogos ou produções visuais em parceria com a família.
- Oferecer recursos voltados ao desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, estimulando a resolução de problemas, o raciocínio e a vivência de situações numéricas em contextos práticos e significativos.

Todos esses recursos devem estar devidamente articulados ao material didático principal e ao planejamento pedagógico, funcionando como extensão das atividades propostas e garantindo coerência entre os diferentes meios de aprendizagem.

- Mediação docente: manuais e orientações ao professor, assegurando a intencionalidade pedagógica e o acompanhamento da evolução da aprendizagem.
- Integração com a ludicidade: propostas que articulem brincadeiras, canções, contação e reconto de histórias, dramatizações e experiências corporais, a fim de potencializar a aprendizagem em um contexto significativo.



4.1 Maternal I

O material a ser disponibilizado deve apresentar-se em formato de livro anual, contendo um caderno voltado para as práticas de exploração lúdica e manipulativa que dialoguem com as sequências didáticas propostas. Cada volume precisa ser estruturado em capítulos organizados por temáticas condizentes com a faixa etária atendida, assegurando a exploração dos campos de experiência previstos na BNCC em cada percurso formativo. O conteúdo deve contemplar diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, incluindo propostas que estimulem a expressão musical e sonora, a aproximação com narrativas da tradição oral e da literatura, a valorização das produções próprias das crianças como registros de autoria, bem como instrumentos que permitam acompanhar e documentar suas aprendizagens. Além disso, o material deve promover a articulação entre práticas escolares e familiares, garantindo a corresponsabilidade no processo educativo.

Em caráter complementar, o conjunto didático deve ser acompanhado de obras literárias infantis selecionadas de acordo com a faixa etária, que possibilitem tanto a iniciação ao letramento quanto o cultivo do prazer pela leitura; de instrumentos de acompanhamento que favoreçam o registro cotidiano das aprendizagens e aspectos da rotina, servindo de elo comunicativo entre docentes e famílias; e de uma coleção voltada aos responsáveis, elaborada por especialistas, destinada a subsidiar a integração entre escola e lar, reforçando vínculos afetivos e a continuidade da aprendizagem no ambiente doméstico.

Material do Aluno

O Material do Aluno deverá ser composto por um livro anual, acompanhado de um caderno que favoreça a exploração lúdica e manipulativa, estabelecendo relações com às atividades propostas na sequência didática. Os temas de cada capítulo devem ser adequados às características da faixa etária atendida. No início de cada capítulo, deverão estar indicados de forma clara os campos de experiência da BNCC que serão explorados nas sequências didáticas correspondentes.

O material deve contemplar atividades diversificadas que estimulem múltiplas linguagens e habilidades nas crianças. As propostas devem abranger, vivências musicais e sonoras (exploração de sons, ritmos, cantigas), experiências de narração de histórias e literatura (contos, fábulas, poemas) e oportunidades de expressão artística e criativa. Além disso, devem existir espaços destinados ao registro das produções das crianças relacionadas aos temas trabalhados.

Adicionalmente, o Material do Aluno deve propor atividades de interação escola-família, a serem desenvolvidas no lar e/ou reforçadas no ambiente escolar, de modo a envolver a família no processo educativo e criar uma rede colaborativa de observação do desenvolvimento da criança.

Material do Professor

O Material do Professor deverá fornecer ao docente subsídios e orientações que contribuam para sua autonomia no planejamento pedagógico. Esse guia deve auxiliar na preparação de aulas, na organização de rotinas e na proposição de atividades, apresentando itinerários pedagógicos para todo o ano letivo. Além disso, o material deve incluir textos de referência que fundamentem a proposta didática e apoiem o desenvolvimento profissional do professor, especialmente no que tange à promoção da literacia emergente nessa faixa etária.

As propostas pedagógicas do material do professor devem ser compostas por sequências didáticas, acompanhando o desenvolvimento integral das crianças. Progressivamente, o material precisa abordar estímulos à **oralidade e linguagem**, ao desenvolvimento da **coordenação motora** fina e ampla, à memória e demais capacidades cognitivas.

O material do professor deve enfatizar a relação indissociável entre **educar e cuidar**, destacando a importância de interações afetivas e intencionais que promovam a participação ativa dos alunos. As orientações devem encorajar que as crianças brinquem, interajam, convivam e se expressem por meio de múltiplas linguagens (música, movimento, artes visuais, linguagem oral, etc.), sempre em contextos lúdicos e significativos. O material do professor deve apresentar textos teórico-metodológicos que fundamentem a



proposta pedagógica da coleção e orientem as práticas nos espaços e tempos da educação infantil, considerando as especificidades de cada faixa etária. Além disso, devem ser fornecidas sugestões para a organização das sequências didáticas e rotinas, visando à promoção do desenvolvimento integral dos alunos por meio de diversas experiências sensoriais, atividades musicais, exploração do movimento e momentos ao ar livre, entre outras vivências adequadas.

O material do professor deve apresentar um caderno voltado para o desenvolvimento de práticas de exploração lúdica e manipulativa que dialoguem com as sequências didáticas propostas no material. Esse caderno deve apresentar a relação de materiais necessários e orientações didáticas para o desenvolvimento dessas práticas durante a aula e em casa com a família.

4.2 Maternal II

O material didático destinado ao Maternal II deve promover experiências de aprendizagem que integrem afetividade, cognição e neurociência, em consonância com os campos de experiência da BNCC e com a perspectiva da Educação Socioafetiva. Esse material deve consolidar as conquistas do desenvolvimento alcançadas no Maternal I e introduzir novas possibilidades de exploração, ampliando o repertório linguístico, literário, motor e socioemocional da criança de três anos.

Material do Aluno:

As propostas pedagógicas do material devem favorecer o desenvolvimento da oralidade, da imaginação e da curiosidade, bem como estimular as primeiras representações gráficas e fonológicas, respeitando o processo gradativo de aprendizagem. Deve-se priorizar a intencionalidade pedagógica nas atividades de leitura, escrita emergente e expressão artística, sempre em diálogo com a afetividade, de forma a preparar a criança para a construção da identidade e da autonomia.

Material impresso e digital, disposto em 2 volumes, sendo um para cada semestre, no formato horizontal, impresso em cores, papel offset e gramatura adequada a faixa etária dos alunos. Material com propostas que promovam espaço à horário de higiene, lanche, dentre outras atividades a critério da escola. Um livro de literatura infantil para cada semestre, os personagens devem estar inseridos (contextualizados) no material didático do aluno.

O material deve estar complementado por materiais de apoio ao final das atividades, com picote e páginas de adesivo que deverão ser utilizados nas atividades regulares, além de abordagem das datas comemorativas que sejam interessantes para esta faixa etária.

Material do Professor:

O material do professor deve possuir o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com as devidas orientações metodológicas em seu interior, sugestões pedagógicas de atividades que possibilitam ao educador trabalhar com as crianças de forma lúdica e significativa. Deve, ainda, apresentar ícones que identifiquem as atividades relacionadas à Educação Socioafetiva e aos Campos de Experiência da BNCC, de modo a assegurar a coerência curricular e o alinhamento pedagógico. Cada atividade deve estar acompanhada de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como de encaminhamentos didáticos no verso das páginas, de forma a orientar o professor na condução intencional das práticas.

Os livros de literatura infantil integrantes do material do aluno deverão também compor o material do professor.

O professor deve receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com elementos relacionados com as vogais, onde conste também as grafias das cinco vogais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

O professor deve receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados que representam a contagem dos numerais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O material do professor deve vir acompanhado de recurso de áudio com músicas do folclore brasileiro que permita ao professor explorar todos os temas contemplados no kit do aluno por meio da música de modo a facilitar a fixação dos conteúdos.

O material do professor deve, portanto, garantir que o processo de ensino e aprendizagem no Maternal II seja fundamentado em princípios de afetividade, neurociência e desenvolvimento socioemocional, assegurando que cada experiência proposta contribua para a formação integral da criança.

4.3 Pré I

O material didático destinado ao Pré I deve contemplar integralmente as dimensões cognitivas, socioemocionais, motoras e linguísticas da criança de quatro anos, garantindo que as práticas pedagógicas estejam alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. O material deve estar fundamentado nas contribuições das neurociências e no desenvolvimento das habilidades socioemocionais, assegurando que a afetividade e a cognição sejam compreendidas como processos indissociáveis no percurso de aprendizagem.

Material do Aluno:

O material deve permitir a exploração de contos infantis em múltiplas dimensões: leitura, reconto, dramatização, reconhecimento de personagens, sequenciação de fatos, exploração sonora e fonológica, além de representações gráficas progressivas. Deve-se assegurar que as propostas sejam organizadas de modo a estimular a curiosidade, a criatividade e o prazer pela aprendizagem, respeitando os ritmos individuais das crianças.

Deve-se ainda contemplar atividades que estimulem a consciência fonológica e fonêmica, articuladas ao método fônico de alfabetização, assegurando o desenvolvimento gradual das habilidades necessárias à apropriação do sistema alfabético.

Para o Pré I, material disposto em 4 volumes, sendo um para cada bimestre, contextualizado com os clássicos infantis, com apresentação sistematizada de conteúdos, com encadernação em espiral em plástico PVC, no formato horizontal, impresso em cores, papel offset. Material com propostas que fomentem o espaço a horário de higiene, lanche, dentre outras atividades a critério da escola.

O material deve propor jogos e brincadeiras, canções e atividades que estimulam o gosto pela aprendizagem e ajudam a vivenciar conteúdos, valorizando as experiências individuais e coletivas da classe.

O material do aluno deve vir acompanhado de literatura infantil, sendo no mínimo 4 livros, um por bimestre. Os personagens devem estar inseridos (contextualizados) no material didático do aluno. As narrativas literárias desses livros devem servir como eixo desencadeador para as sequências didáticas propostas, favorecendo a atribuição de sentido e o desenvolvimento da imaginação, da oralidade, da leitura emergente e da escrita inicial.

Material do Professor:

O Manual do Professor deve possuir o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com as devidas orientações metodológicas em seu interior e outras atividades que possibilite ao educador trabalhar com as crianças de forma lúdica e significativa. Esse material deve conter indicações nas atividades relacionadas à Educação Socioafetiva e aos Campos de Experiência da BNCC, bem como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada atividade proposta.

O material deve apresentar encaminhamentos didáticos detalhados, no verso das páginas, que orientem o professor na condução intencional das práticas pedagógicas. Além disso, por estar pautado no método fônico,



o material deve oferecer instruções específicas para o estímulo dos movimentos fonoarticulatórios, favorecendo a consciência fonêmica de forma gradativa e estruturada.

Os livros de literatura infantil integrantes do material do aluno deverão compor o kit do professor.

O professor deve receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com os mesmos personagens das literaturas infantis integrantes do material do aluno onde constem as grafias das letras do alfabeto que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O professor deve receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados que representam a contagem dos numerais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O material do professor deve vir acompanhado de recurso de áudio com músicas do folclore brasileiro que permita ao professor explorar todos os temas contemplados no kit do aluno, por meio da música de modo a facilitar a fixação dos conteúdos.

Assim, o material do professor deve assegurar que o planejamento e a execução das atividades do Pré I estejam organizados de maneira científica e intencional, garantindo experiências significativas que preparem a criança para o desenvolvimento pleno da linguagem, da alfabetização inicial e da formação socioemocional.

4.4 Pré II

O material didático destinado ao Pré II deve assegurar a consolidação das aprendizagens essenciais da Educação Infantil, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, preparando a criança de cinco anos para a transição ao Ensino Fundamental. O material deve estar fundamentado na Educação Socioafetiva, nas contribuições das neurociências e nas habilidades socioemocionais, de forma a garantir o desenvolvimento integral da criança em suas dimensões cognitivas, sociais, emocionais e linguísticas.

Material do Aluno:

O material deve permitir a exploração de contos infantis em múltiplas dimensões: leitura, reconto, dramatização, reconhecimento de personagens, sequenciação de fatos, exploração sonora e fonológica, além de representações gráficas progressivas. Deve-se assegurar que as propostas sejam organizadas de modo a estimular a curiosidade, a criatividade e o prazer pela aprendizagem, respeitando os ritmos individuais das crianças.

Deve-se ainda contemplar atividades que estimulem a consciência fonológica e fonêmica, articuladas ao método fônico de alfabetização, assegurando o desenvolvimento gradual das habilidades necessárias à apropriação do sistema alfabético.

Para o Pré II, material disposto em 4 volumes, sendo um para cada bimestre, contextualizado com os clássicos infantis, com apresentação sistematizada de conteúdos, com encadernação em espiral em plástico PVC, no formato horizontal, impresso em cores, papel offset. Material com propostas que fomentem o espaço a horário de higiene, lanche, dentre outras atividades a critério da escola.

O material deve propor jogos e brincadeiras, canções e atividades que estimulam o gosto pela aprendizagem e ajudam a vivenciar conteúdos, valorizando as experiências individuais e coletivas da classe.

O material do aluno deve vir acompanhado de literatura infantil, sendo no mínimo 4 livros, um por bimestre. Os personagens devem estar inseridos (contextualizados) no material didático do aluno. As narrativas literárias desses livros devem servir como eixo desencadeador para as sequências didáticas propostas, favorecendo a atribuição de sentido e o desenvolvimento da imaginação, da oralidade, da leitura emergente e da escrita inicial.



Material do Professor:

O Manual do Professor deve possuir o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com as devidas orientações metodológicas em seu interior e outras atividades que possibilite ao educador trabalhar com as crianças de forma lúdica e significativa. Esse material deve conter indicações nas atividades relacionadas à Educação Socioafetiva e aos Campos de Experiência da BNCC, bem como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada atividade proposta.

O material deve apresentar encaminhamentos didáticos detalhados, no verso das páginas, que orientem o professor na condução intencional das práticas pedagógicas. Além disso, por estar pautado no método fônico, o material deve oferecer instruções específicas para o estímulo dos movimentos fonoarticulatórios, favorecendo a consciência fonêmica de forma gradativa e estruturada.

Os livros de literatura infantil integrantes do material do aluno deverão compor o kit do professor.

O professor deve receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados com os mesmos personagens das literaturas infantis integrantes do material do aluno onde constem as grafias das letras do alfabeto que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O professor deve receber cartazes impressos em cores, papel offset, ilustrados que representam a contagem dos numerais que serão trabalhadas ao longo no ano letivo.

O material do professor deve vir acompanhado de recurso de áudio com músicas do folclore brasileiro que permita ao professor explorar todos os temas contemplados no kit do aluno, por meio da música de modo a facilitar a fixação dos conteúdos.

Portanto, o material do professor no Pré II deve garantir que cada atividade seja conduzida com clareza metodológica, fundamentação científica e intencionalidade pedagógica, promovendo a integração entre literatura, alfabetização e desenvolvimento socioemocional, a fim de assegurar a formação integral da criança no último ano da Educação Infantil.

5. Especificações do Portal Educacional com IA

O portal deve ser acessado através de computadores, celulares ou tablets, utilizando a versão web, de forma responsiva ou aplicativo.

O portal educacional deve ser compreendido como ação estratégica e necessária no contexto da sociedade da informação e da cultura digital, tal como reconhecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece como competência geral do estudante a utilização crítica, significativa e ética das tecnologias digitais da informação e comunicação. Um portal com recursos de Inteligência Artificial deve oferecer à rede municipal condições para superar desafios históricos relacionados ao acesso desigual ao conhecimento, à necessidade de personalização das práticas de ensino e à urgência de fortalecimento do protagonismo estudantil, promovendo ambientes de aprendizagem mais ativos, inclusivos e integradores.

O portal educacional deve constituir-se em um ambiente virtual seguro, responsivo e escalável, assegurando o acesso individualizado mediante login e senha, de modo a garantir a privacidade dos dados de professores e estudantes. Com o objetivo de fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade, bem como garantir reconhecimento e senso de pertencimento, o Portal Educacional deve ser customizado com layout, cores e elementos gráficos alinhados à identidade visual da Rede Municipal.

O portal deve dispor de ambiente funcional que permita hospedar e gerenciar documentos da rede, incluindo criação de pastas para organização e inclusão de novos arquivos, com autenticação de usuários, controle de acesso e registro de logs.



No que se refere à acessibilidade, a plataforma deve dispor de ferramentas que viabilizem a inclusão plena de todos os usuários, contemplando recursos de alto contraste, ajustes de fonte, recursos de voz, tradutor de libras, ferramenta de ampliação de texto e recurso para dislexia.

A solução tecnológica deve, portanto, assegurar a equidade no acesso ao conhecimento, em consonância com os princípios constitucionais e com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A plataforma deve dispor ainda de recursos de comunicação e colaboração, incluindo fóruns temáticos, enquetes, mural de notícias, agenda compartilhada e e-mail educacional, que possibilitem a interação entre professores, alunos, gestores e famílias. Tais recursos devem contribuir para a constituição de comunidades virtuais de aprendizagem, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola e família no processo educativo.

No que tange ao uso de Inteligência Artificial, a plataforma deve auxiliar os professores na elaboração de planos de aula, na seleção de conteúdos e no encaminhamento metodológico, garantindo que a prática docente seja fortalecida por dados concretos e análises precisas.

O portal deve oferecer relatórios pedagógicos e gerenciais detalhados, nos níveis de rede, escola, turma e aluno, permitindo acompanhamento integral do desempenho acadêmico, dos índices de participação e engajamento, bem como comparações estatísticas entre turmas e escolas. Os relatórios devem contemplar análises de evolução de aprendizagem, identificando tendências e subsidiando o planejamento pedagógico.

O portal deve dispor de funcionalidades que permitam tanto a realização de aulas síncronas quanto assíncronas, bem como de uma biblioteca digital com extenso acervo de vídeos, áudios, documentos e questões.

O portal deve permitir a criação de cronograma anual escolar, que deve dispor, de maneira estruturada, todos os dados do calendário acadêmico da rede de ensino, para visualização online e impressão, contemplando o período letivo, recessos, feriados nacionais, estaduais e municipais, dados de avaliações, semanas de provas, reuniões de pais, bem como eventos pedagógicos e administrativos, garantindo a comunicação, transparência e o planejamento adequado de toda a comunidade escolar, em conformidade com as diretrizes legais do Ministério da Educação.

Planos de Aula:

Os planos de aula a serem elaborados pela inteligência artificial devem permitir edição pelos professores.

Os planos de aula a serem elaborados de forma automatizada pela inteligência artificial devem indicar e conter, no mínimo, as informações abaixo relacionadas, considerando o material didático disponibilizado na Plataforma Educacional.

- Estratégia pedagógica/de ensino (metodologia) a ser utilizada no desenvolvimento do plano de aula;
- Campos de Experiência da Educação Infantil;
- Material didático e série/ano relacionado;
- Passo a passo para a preparação (objetivos, duração, recursos, abertura, desenvolvimento, encerramento e avaliação da aula a ser ministrada);

6. Formação e Assessoria Pedagógica

Implementação do Sistema Estruturado de Ensino (SEE) e do Portal Educacional

A implementação do Sistema Estruturado de Ensino e do Portal Educacional deve garantir a apropriação integral do material didático e dos recursos digitais por parte dos professores e gestores da rede municipal. Para tanto, devem ser realizados encontros formativos que assegurem a introdução detalhada das metodologias e intencionalidades pedagógicas, com explanações sobre a aplicabilidade do material em sala de aula.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

O primeiro encontro da assessoria pedagógica deve contemplar a apresentação da concepção teórica e da proposta pedagógica que fundamenta o material, bem como a realização de treinamento presencial inicial voltado à instrumentalização de professores e gestores para o uso pleno das funcionalidades do Portal Educacional.

A formação deve contemplar fundamentos de caráter teórico, prático e metodológico voltados à utilização da consciência fonológica e da relação fonema-grafema como elementos estruturantes do processo de alfabetização. Nesse âmbito, é necessário que sejam abordados os referenciais históricos e internacionais que sustentam a abordagem fônica, bem como a legislação educacional brasileira aplicável ao ensino da leitura e da escrita, de modo a assegurar coerência normativa e pedagógica.

Além disso, a formação deve apresentar a fundamentação teórica que respalda a metodologia, evidenciando suas especificidades e implicações para a prática docente. Igualmente, é indispensável a exploração da aplicação concreta do alfabeto fônico em sala de aula, de forma gradual e sistemática, considerando a introdução das letras e sons no cotidiano escolar como estratégia de progressão ordenada das aprendizagens. Dessa maneira, a formação assegurará que os educadores compreendam e dominem tanto os princípios que sustentam o método quanto suas possibilidades práticas, garantindo intencionalidade pedagógica e alinhamento às evidências científicas atuais.

A implantação deve incluir ainda a formação específica para apropriação dos recursos de Inteligência Artificial integrados ao Portal, possibilitando a elaboração de planos de aula e a utilização de ferramentas digitais que potencializem as práticas pedagógicas. Além do treinamento presencial, devem ser disponibilizados cursos de extensão on-line sobre temáticas educacionais diversas, assegurando atualização contínua e formação robusta para os profissionais da rede.

6.1 Planejamento Educacional e Reuniões com a Equipe Técnica

O planejamento educacional deve ser desenvolvido em colaboração com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, garantindo ações de gestão estratégica e intervenção pedagógica em consonância com as demandas da rede.

A assessoria pedagógica deve elaborar, junto à equipe da Secretaria, o calendário escolar anual, integrando as ações do Sistema Estruturado de Ensino. Ao longo do ano letivo, devem ser realizadas reuniões técnicas presenciais para alinhamento das ações, elaboração de planos de intervenção pedagógica de acordo com a realidade local e formações específicas sobre temas de gestão educacional e estratégica.

O planejamento anual deve contemplar datas relevantes para a rede, formações, projetos, reuniões e a disposição do conteúdo programático do material didático, de modo articulado ao calendário escolar. O planejamento bimestral deve organizar a distribuição das unidades, temas e sequências didáticas previstas no material, garantindo a coerência entre objetivos educacionais, metodologias propostas e desenvolvimento integral dos alunos, respeitando suas necessidades e potencialidades.

6.2 Formação Continuada

A formação continuada dos professores é um direito assegurado pela LDB, requisito obrigatório pela BNCC e prevista na Meta 16 do PNE 2014–2024, configurando-se como instrumento essencial de valorização profissional. Sua implementação é necessária para atender às demandas atuais da educação, envolvendo metodologias ativas, domínio de conhecimentos específicos e uso de tecnologias, assegurando assim práticas pedagógicas mais qualificadas e alinhadas às necessidades da rede de ensino.

6.3 Oficinas Formativas

As oficinas formativas devem assegurar a implementação efetiva do Sistema Estruturado de Ensino, com foco no alinhamento entre os professores e as práticas desenvolvidas em sala de aula.



As formações devem ser realizadas por equipe de assessoria pedagógica especializada, que além da expertise em formação docente, deve possuir experiência em regência, favorecendo a compreensão da dinâmica de sala de aula. As oficinas devem adotar o formato prático, no modelo “mão na massa”, convidando os professores a experimentarem o uso do material didático em situações concretas, de modo a promover a apropriação metodológica das propostas em conformidade com a BNCC e as especificidades da Educação Infantil.

6.4 Formação Continuada à Distância:

O processo formativo deve incluir cursos de formação continuada na modalidade a distância, ofertados em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esses cursos devem contemplar temáticas atuais que contribuam para o aprimoramento da prática docente e devem estar acessíveis a todos os profissionais da Educação Infantil.

Devem ser ofertados anualmente quatro cursos na modalidade EAD, cada um com carga horária mínima de 30 horas e emissão de certificado, com acesso via Portal Educacional.

A formação deve compreender, de maneira ampla e articulada, o estudo das diretrizes nacionais que orientam a Educação Infantil, permitindo aos participantes refletirem sobre os fundamentos curriculares aplicáveis a esta etapa e os múltiplos desafios que a constituem, sejam eles de natureza pedagógica, estrutural ou social. Também deve contemplar a análise da literatura voltada às crianças como recurso essencial para a formação do leitor literário, destacando seu papel no desenvolvimento do imaginário, da oralidade e do prazer pela leitura.

No mesmo sentido, a formação deve incluir o aprofundamento sobre a gestão pedagógica e a organização do trabalho docente, com vistas a garantir práticas intencionais e fundamentadas, além de promover a reflexão sobre a participação da comunidade escolar e das famílias no processo educativo, reconhecendo a corresponsabilidade nesse percurso. Ademais, deverão ser tratados os principais desafios enfrentados pela gestão escolar no contexto da Educação Infantil, bem como a incorporação do letramento digital e das tecnologias educacionais como ferramentas de apoio à aprendizagem. Por fim, a formação deve abranger a concepção, o desenvolvimento e a implementação de projetos pedagógicos, assegurando práticas contextualizadas e significativas para o cotidiano escolar.

7. Suporte Pedagógico Permanente:

A rede deve contar com suporte pedagógico permanente, de forma a garantir apoio técnico frente a eventuais dificuldades relacionadas ao material didático e/ou ao Portal Educacional. Esse suporte deve incluir um plantão contínuo para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de soluções pela assessoria pedagógica.

Os canais de comunicação que devem ser disponibilizados incluem:

- Reuniões de assessoria pedagógica presenciais;
- Reuniões de assessoria pedagógica remotas;
- Atendimento por e-mail
- Plataforma de abertura de chamados (Suporte integrado ao Portal)

O atendimento remoto deve ocorrer ao longo de todo o ano letivo, por meio de e-mail direcionado a professores e gestores, com devolutiva em prazo máximo de 24 horas, garantindo agilidade, segurança pedagógica e continuidade das práticas de ensino.

8. Obrigações da Contratada

- O portal educacional deve constituir-se em um ambiente virtual seguro, responsivo e escalável, assegurando o acesso individualizado mediante login e senha, de modo a garantir a privacidade dos dados de professores e estudantes. Com o objetivo de fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade, bem como garantir reconhecimento e senso de pertencimento, o Portal Educacional

**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**

--- Estado de São Paulo ---

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

deve ser customizado com layout, cores e elementos gráficos alinhados à identidade visual da Rede Municipal.

- Além dos simulados diagnósticos, devem ser ofertadas avaliações bimestrais curriculares em formato pdf com os respectivos gabaritos para aplicação da rede municipal, devem ser organizadas por componente curricular e etapa escolar, alinhadas ao planejamento pedagógico e ao material didático utilizado pela rede.
- Os relatórios devem ser entregues em formato digital, com possibilidade de filtros e extração de dados por rede, escola, turma e aluno.
- A implementação do Sistema Estruturado de Ensino e do Portal Educacional deve garantir a apropriação integral do material didático e dos recursos digitais por parte dos professores e gestores da rede municipal. Para tanto, devem ser realizados encontros formativos que assegurem a introdução detalhada das metodologias e intencionalidades pedagógicas, com explanações sobre a aplicabilidade do material em sala de aula.
- Devem ser ofertados anualmente quatro cursos na modalidade EAD, cada um com carga horária mínima de 30 horas e emissão de certificado, com acesso via Portal Educacional.
- A rede deve contar com suporte pedagógico permanente, de forma a garantir apoio técnico frente a eventuais dificuldades relacionadas ao material didático e/ou ao Portal Educacional. Esse suporte deve incluir um plantão contínuo para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de soluções pela assessoria pedagógica.

PRAZO DE ENTREGA: 20 (VINTE) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.

VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO.

– DO VALOR DE REFERÊNCIA – LOTE ÚNICO.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRÍÇÃO	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL (R\$)	VALOR TOTAL REFERENCIAL (R\$)
01	260	UND	KIT MATERIAL DIDÁTICO MATERNAL I, INCLUSO O MATERIAL DO PROFESSOR. O MATERIAL DO ALUNO DEVERÁ SER COMPOSTO POR UM LIVRO ANUAL, ACOMPANHADO DE UM CADERNO QUE FAVOREÇA A EXPLORAÇÃO LÚDICA E MANIPULATIVA, ESTABELECENDO RELAÇÕES COM ÀS ATIVIDADES PROPOSTAS NA SEQUÊNCIA DIDÁTICA. OS TEMAS DE CADA CAPÍTULO DEVEM SER ADEQUADOS ÀS CARACTERÍSTICAS DA FAIXA ETÁRIA ATENDIDA. NO INÍCIO DE CADA CAPÍTULO, DEVERÃO ESTAR INDICADOS DE FORMA CLARA OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA DA BNCC QUE SERÃO EXPLORADOS NAS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS CORRESPONDENTES.	370,00	96.200,00
02	270	UND	KIT MATERIAL DIDÁTICO MATERNAL II, INCLUSO MATERIAL DO PROFESSOR. AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO MATERIAL DEVEM FAVORECER O DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE, DA IMAGINAÇÃO E DA CURIOSIDADE, BEM COMO ESTIMULAR AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS E FONOLÓGICAS, RESPEITANDO O PROCESSO GRADATIVO DE APRENDIZAGEM. DEVE-SE PRIORIZAR A INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA NAS ATIVIDADES DE LEITURA, ESCRITA EMERGENTE E EXPRESSÃO ARTÍSTICA, SEMPRE EM DIÁLOGO	370,00	99.900,00



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

			COM A AFETIVIDADE, DE FORMA A PREPARAR A CRIANÇA PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA AUTONOMIA.		
03	340	UND	KIT MATERIAL DIDÁTICO PRÉ I, INCLUSO MATERIAL DO PROFESSOR. O MATERIAL DEVE PERMITIR A EXPLORAÇÃO DE CONTOS INFANTIS EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES: LEITURA, RECONHECIMENTO DE PERSONAGENS, SEQUENCIAÇÃO DE FATOS, EXPLORAÇÃO SONORA E FONOLÓGICA, ALÉM DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS PROGRESSIVAS. DEVE-SE ASSEGURAR QUE AS PROPOSTAS SEJAM ORGANIZADAS DE MODO A ESTIMULAR A CURIOSIDADE, A CRIATIVIDADE E O PRAZER PELA APRENDIZAGEM, RESPEITANDO OS RITMOS INDIVIDUAIS DAS CRIANÇAS. DEVE-SE AINDA CONTEMPLAR ATIVIDADES QUE ESTIMULEM A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E FONÉMICA, ARTICULADAS AO MÉTODO FÔNICO DE ALFABETIZAÇÃO, ASSEGURANDO O DESENVOLVIMENTO GRADUAL DAS HABILIDADES NECESSÁRIAS À APROPRIAÇÃO DO SISTEMA ALFABÉTICO. PARA O PRÉ I, MATERIAL DISPOSTO EM 4 VOLUMES, SENDO UM PARA CADA BIMESTRE, CONTEXTUALIZADO COM OS CLÁSSICOS INFANTIS, COM APRESENTAÇÃO SISTEMATIZADA DE CONTEÚDOS, COM ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL EM PLÁSTICO PVC, NO FORMATO HORIZONTAL, IMPRESSO EM CORES, PAPEL OFFSET. MATERIAL COM PROPOSTAS QUE FOMENTEM O ESPAÇO A HORÁRIO DE HIGIENE, LANCHE, DENTRE OUTRAS ATIVIDADES A CRITÉRIO DA ESCOLA. O MATERIAL DEVE PROPOR JOGOS E BRINCADEIRAS, CANÇÕES E ATIVIDADES QUE ESTIMULAM O GOSTO PELA APRENDIZAGEM E AJUDAM A VIVENCIAR CONTEÚDOS, VALORIZANDO AS EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA CLASSE. O MATERIAL DO ALUNO DEVE VIR ACOMPANHADO DE LITERATURA INFANTIL, SENDO NO MÍNIMO 4 LIVROS, UM POR BIMESTRE. OS PERSONAGENS DEVEM ESTAR INSERIDOS (CONTEXTUALIZADOS) NO MATERIAL DIDÁTICO DO ALUNO. AS NARRATIVAS LITERÁRIAS DESSES LIVROS DEVEM SERVIR COMO EIXO DESENCADEADOR PARA AS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PROPOSTAS, FAVORECENDO A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO E O DESENVOLVIMENTO DA IMAGINAÇÃO, DA ORALIDADE, DA LEITURA EMERGENTE E DA ESCRITA INICIAL.	440,00	149.600,00
04	350	UND	KIT MATERIAL DIDÁTICO PRÉ II, INCLUSO MATERIAL DO PROFESSOR. O MATERIAL DEVE PERMITIR A EXPLORAÇÃO DE CONTOS INFANTIS EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES: LEITURA, RECONHECIMENTO DE PERSONAGENS, SEQUENCIAÇÃO DE FATOS, EXPLORAÇÃO SONORA E FONOLÓGICA, ALÉM DE REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS PROGRESSIVAS. DEVE-SE ASSEGURAR	440,00	154.000,00



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

		<p>QUE AS PROPOSTAS SEJAM ORGANIZADAS DE MODO A ESTIMULAR A CURIOSIDADE, A CRIATIVIDADE E O PRAZER PELA APRENDIZAGEM, RESPEITANDO OS RITMOS INDIVIDUAIS DAS CRIANÇAS. DEVE-SE AINDA CONTEMPLAR ATIVIDADES QUE ESTIMULEM A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E FONÉMICA, ARTICULADAS AO MÉTODO FÔNICO DE ALFABETIZAÇÃO, ASSEGURANDO O DESENVOLVIMENTO GRADUAL DAS HABILIDADES NECESSÁRIAS À APROPRIAÇÃO DO SISTEMA ALFABÉTICO. PARA O PRÉ II, MATERIAL DISPOSTO EM 4 VOLUMES, SENDO UM PARA CADA BIMESTRE, CONTEXTUALIZADO COM OS CLÁSSICOS INFANTIS, COM APRESENTAÇÃO SISTEMATIZADA DE CONTEÚDOS, COM ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL EM PLÁSTICO PVC, NO FORMATO HORIZONTAL, IMPRESSO EM CORES, PAPEL OFFSET. MATERIAL COM PROPOSTAS QUE FOMENTEM O ESPAÇO A HORÁRIO DE HIGIENE, LANCHE, DENTRE OUTRAS ATIVIDADES A CRITÉRIO DA ESCOLA. O MATERIAL DEVE PROPOR JOGOS E BRINCADEIRAS, CANÇÕES E ATIVIDADES QUE ESTIMULAM O GOSTO PELA APRENDIZAGEM E AJUDAM A VIVENCIAR CONTEÚDOS, VALORIZANDO AS EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA CLASSE. O MATERIAL DO ALUNO DEVE VIR ACOMPANHADO DE LITERATURA INFANTIL, SENDO NO MÍNIMO 4 LIVROS, UM POR BIMESTRE. OS PERSONAGENS DEVEM ESTAR INSERIDOS (CONTEXTUALIZADOS) NO MATERIAL DIDÁTICO DO ALUNO. AS NARRATIVAS LITERÁRIAS DESSES LIVROS DEVEM SERVIR COMO EIXO DESENCADEADOR PARA AS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PROPOSTAS, FAVORECENDO A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO E O DESENVOLVIMENTO DA IMAGINAÇÃO, DA ORALIDADE, DA LEITURA EMERGENTE E DA ESCRITA INICIAL.</p>		
--	--	---	--	--

VALOR TOTAL ESTIMADO

499.700,00

MARILDA DOS SANTOS MIGLINSKI
Diretora do Departamento de Educação



ANEXO II – PROVA DE CONCEITO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2.025

PROCESSO Nº. 12.661/2.025

1. Prova de conceito (POC)

1.1 Concluída a validação técnica da documentação apresentada, a proposta classificada como de menor preço, desde que o sistema ofertado atenda integralmente aos requisitos técnicos preliminares constantes deste edital e de seus anexos, será submetida à Prova de Conceito (POC).

1.2 A referida etapa consistirá na realização de testes práticos destinados a demonstrar o efetivo cumprimento das especificações técnicas descritas no Anexo I do Termo de Referência, perante a comissão designada, como condição para a homologação do objeto licitado.

1.3 A Prova de Conceito (POC) da Licitante será considerada qualificada se atender 100% (cem por cento) dos itens avaliados e apresentar a coleção completa do material do aluno e professor, de acordo com o Termo de Referência.

2. Conclusão da avaliação da Prova de Conceito (POC)

2.1 A conclusão da avaliação da Prova de Conceito (POC) poderá produzir um dos seguintes resultados:

2.1.1 "Solução não atende os requisitos" - hipótese em que um ou mais requerimentos não forem validados pela equipe técnica, a Licitante considerada desclassificada.

2.1.2 "Solução atende os requisitos" - hipótese em que todos os requerimentos definidos forem validados pela equipe técnica, sendo a Licitante considerada classificada.

2.2 A análise das informações coletadas pela equipe técnica da Secretaria de Educação, designados para acompanhamento e validação das ações, durante a realização da Prova de Conceito (POC), será consignada em relatório emitido, constituindo-se, assim, documento formal do processo para produzir os efeitos decorrentes.

2.3 No transcorrer da Prova de Conceito, serão exigidas demonstrações práticas de cada um dos requisitos da metodologia e da plataforma aqui descritos e a participante deverá cumprir com 100% dos requisitos aqui previstos.

2.4 Caso a participante não cumpra com um desses requisitos será desclassificada do certame.

2.5 Na fase de prova de conceito, a equipe técnica poderá, a qualquer momento, solicitar demonstrações e fazer questionamentos às participantes, sempre relacionados aos requisitos previstos no Termo de Referência.

2.6 Caso a participante com melhor classificação na fase de Proposta de Preço e qualificada seja reprovada na prova de conceito, será convidada a participante seguinte, observada a ordem de classificação, para apresentar os documentos de qualificação, se for o caso, posteriormente, realizar a prova de conceito, e assim sucessivamente.

2.7 Com a aprovação na prova de conceito, a participante será declarada vencedora, abrindo-se o prazo para pedido de reconsideração sobre a qualificação e sobre a prova de conceito.

**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

DA METODOLOGIA E MATERIAL DIDÁTICO			
Educação Infantil		Atende	Não atende
Material do aluno – Maternal I			
1.1	O material do aluno contempla propostas pedagógicas que integram cuidar, educar e brincar como dimensões indissociáveis do processo educativo para crianças de 2 anos.		
1.2	O material apresenta atividades que favoreçam o desenvolvimento motor, perceptivo, artístico e sensorial da criança.		
1.3	O material é estruturado em formato adequado à faixa etária, inclui um caderno com práticas de exploração lúdica e manipulativa relacionadas às sequências didáticas propostas no material.		
1.4	O conteúdo está organizado de forma a assegurar a exploração dos campos de experiência da BNCC pertinentes à faixa etária atendida		
1.5	O material contempla diferentes dimensões do desenvolvimento infantil, como expressão musical, literária, narrativa e valorização da autoria da criança.		
1.6	O material promove a articulação entre práticas escolares e familiares, favorecendo a corresponsabilidade no processo educativo.		
1.7	O conjunto didático é complementado por obras literárias infantis, instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e materiais voltados às famílias.		
1.8	O material do professor constitui-se como guia de prática pedagógica, incluindo referenciais teóricos e orientações metodológicas.		
1.9	O guia do professor apresenta orientações sobre rotinas, ambientação, projetos temáticos e sequências didáticas que abranjam diferentes dimensões do desenvolvimento infantil.		
1.10	O material do professor inclui versões resumidas do material do aluno, acompanhadas de objetivos de aprendizagem e campos de experiência.		
1.11	O material do professor apresenta um caderno com práticas de exploração lúdica e manipulativa com orientações didáticas para o seu desenvolvimento durante a aula e em casa.		



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

1.12	O guia do professor inclui textos teórico-metodológicos em consonância com a BNCC.		
1.13	O material do professor apresenta recomendações práticas que apoiem o desenvolvimento integral da criança (ex.: higiene, alimentação, interações, brincadeiras e cuidados)		
1.14	O conjunto do material do professor assegura um planejamento pedagógico intencional, fundamentado na integração entre educar e cuidar, com centralidade na afetividade		
	Material do aluno – Maternal II – Pré I e Pré II	Atende	Não atende
1.15	Adotam como um dos eixos estruturantes o desenvolvimento progressivo da consciência fonológica e da consciência fonêmica, por meio da relação sistemática entre grafemas e fonemas, com grau de complexidade adequados às etapas da Educação Infantil.		
1.16	O material traz propostas explícitas e sistemáticas para o desenvolvimento da consciência fonológica (rimas, aliterações e discriminação auditiva).		
1.17	O ensino da correspondência fonema-grafema é estimulado de forma clara e progressiva, de acordo com cada etapa da Educação Infantil.		
1.18	O material contempla recursos audiovisuais curtos, lúdicos e contextualizados, voltados à ampliação do vocabulário e à introdução de novos conceitos e valores sociais.		
1.19	Os recursos audiovisuais estimulam a associação entre sons e letras, apoiando exercícios de articulação, ritmo, entonação e reconhecimento auditivo.		
1.20	O material apresenta propostas de contação e reconto de histórias, bem como exploração de gêneros textuais diversificados por meio de recursos visuais e auditivos.		
1.21	Os recursos audiovisuais promovem atividades que integram oralidade, corpo, música e jogos, favorecendo coordenação motora e socialização.		
1.22	O material inclui vídeos temáticos que contemplam áreas como ciências, matemática, arte e experiências culturais, de forma lúdica e investigativa.		
1.23	O material prevê recursos que incentivam a criação artística e o uso de materiais simples, possibilitando a construção de jogos, brinquedos e produções visuais.		
1.24	Os recursos visuais e auditivos estimulam o desenvolvimento lógico-matemático em situações práticas e significativas.		
1.25	O material contém manuais e orientações específicas para o professor, assegurando a intencionalidade pedagógica.		
1.26	As atividades propostas integram ludicidade, brincadeiras, canções, dramatizações e experiências corporais ao processo de aprendizagem.		
1.27	O material está alinhado aos campos de experiência da BNCC, incluindo o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.		



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

1.28	O material assegura os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC (conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se).		
1.29	O material contempla a promoção de valores éticos, sociais e culturais, favorecendo autonomia, solidariedade, respeito às diferenças, cooperação e criticidade.		
1.30	O material apresenta proposta de sequência didática tendo como fio condutor contos literários		
1.31	O material traz propostas explícitas e sistemáticas para o desenvolvimento da consciência fonológica (rimas, aliterações, segmentações silábicas e discriminação auditiva).		
Material do professor		Atende	Não atende
1.32	O material do professor apresenta o mesmo formato e qualidade do material do aluno, com orientações metodológicas e sugestões de atividades lúdicas e significativas.		
1.33	O material contém indicações/ícones que identifiquem atividades relacionadas à Educação Socioafetiva e aos Campos de Experiência da BNCC.		
1.34	Cada atividade está acompanhada de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e de encaminhamentos didáticos que orientem a prática docente.		
1.35	O material disponibiliza cartazes ilustrados em cores, em papel offset, abordando letras/alfabeto e numerais.		
1.36	O material disponibiliza cartazes ilustrados em cores, em papel offset, abordando letras/alfabeto e numerais.		
1.37	O material é acompanhado de recurso de áudio com músicas que auxiliem a exploração dos conteúdos.		
1.38	O material é acompanhado de recurso de áudio com músicas do folclore brasileiro que auxiliem a exploração dos conteúdos?		
1.39	O material didático assegura a intencionalidade pedagógica, coerência curricular e foco no desenvolvimento integral da criança.		
1.40	O material do maternal II enfatiza fundamentos de afetividade, neurociência e desenvolvimento socioemocional, assegurando experiências que contribuam para a formação integral da criança.		
1.41	O material do Pré I está pautado no método fônico, incluindo instruções específicas para estímulo dos movimentos fonoarticulatórios, favorecendo a consciência fonêmica de forma gradativa e estruturada.		
1.42	O planejamento pedagógico no material do Pré I está organizado de forma intencional, promovendo experiências significativas para o desenvolvimento de habilidades que contribuirão para o processo de alfabetização em etapas posteriores.		
1.43	O material do Pré II assegura clareza metodológica na condução das práticas, garantindo intencionalidade pedagógica.		
1.44	O material do Pré II integra literatura, desenvolvimento de habilidades que contribuirão para o processo de alfabetização em etapas posteriores, e desenvolvimento socioemocional, preparando a criança para o ingresso no Ensino Fundamental.		

**MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

Do Portal Educacional			
Itens a serem demonstrados		Atende	Não Atende
1.1	O portal possibilita a customização com layout do Município de Espírito Santo do Pinhal (apresentar modelo proposto).		
1.2	O portal é acessível via computador ou mobile.		
1.3	O portal contempla todas as etapas e materiais do aluno e professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais de acordo com edital e termo de referência.		
1.4	Todos os recursos apresentados na Plataforma estão disponíveis em língua portuguesa.		
1.5	Todos os recursos de acesso aos materiais possuem acessibilidade (alto contraste, tradutor de libras, recurso de voz e ampliação de texto).		
1.6	O portal possibilita a criação de aula digital, de modo que os alunos e professores tenham acesso (demonstrar passo a passo).		
1.7	O Portal disponibiliza Inteligência artificial capaz de desenvolver planos de aula automatizada para o professor, a partir do material didático disponível na plataforma.		
1.8	O Portal disponibiliza Inteligência artificial capaz de gerar o plano de aula em formato de word e apresentação (PPT).		
1.9	A Plataforma apresenta ambiente próprio para hospedar documentos da rede, para criação de pastas para organização e inclusão de novos arquivos/documentos nos mais distintos formatos como, PDF, DOCX, XLSX, JPG, JPEG, PNG, ZIP, PPTX.		
1.10	O portal dispõe de autenticação de usuários e controle de acesso.		

Da Assessoria			
Descrição dos itens		Atende	Não Atende
1.1	Apresentar documento que descreva a concepção teórica e a proposta pedagógica que fundamenta o material didático.		
1.2	Detalhar o plano de formação inicial presencial para professores e gestores, incluindo objetivos, carga horária, metodologia utilizada e estratégias para o uso pleno do Portal Educacional.		
1.3	Enviar protótipo de cursos EAD, com programação mínima de 30 horas, demonstrando ambiente virtual de aprendizagem, estrutura do conteúdo e proposta de certificação.		
1.4	Descrever o fluxo de atendimento remoto para suporte a professores e gestores, especificando canais utilizados, prazos de resposta e mecanismos de registro/controle das demandas		

MARILDA DOS SANTOS MIGLINSKI
Diretora do Departamento de Educação



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2.025 – PROCESSO Nº 12.661/2.025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2.025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12.661/2.025

PROPOSTA COMERCIAL FINAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação, **Pregão Eletrônico nº. 53/2.025**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ. _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____ CEP: _____

TEL: _____ FAX: _____ E-MAIL: _____

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser mencionado na Proposta a quantidade, o preço unitário e o total por item e valor total da proposta, de acordo com o Anexo I do Edital.

Informações da Proposta:

Condições de pagamento: _____

Prazo e forma de execução dos serviços: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Informações para Pagamento:

Dados Bancários para crédito eletrônico (DOC / TED):

Banco: _____ Agência nº.: _____ Conta Corrente nº.: _____

* Indicar no mínimo 01 (uma) conta corrente para efetivação do pagamento.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2.025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12.661/2.025

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n , neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo licitatório em pauta, que:

- **INEXISTE** qualquer fato impeditivo à sua participação / habilitação na licitação citada, que não foi declarada impeditiva de licitar e/ou contratar com a Prefeitura do Município de Espírito Santo do Pinhal/SP;
- **NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;
- **ESTÁ CIENTE E CONCORDA** com as condições contidas no edital e seus anexos, bem, como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimentos dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- **Não** emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- **Não** possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- **CUMPRE** as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Se organizado em cooperativa, **CUMPRE** os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- **ESTÁ APTA** a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
- **NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL** na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal/SP;
- **TOMOU CONHECIMENTO DO EDITAL** e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.
- A **PROPOSTA ECONÔMICA** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

• É **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n. 123/06 e Lei Complementar n. 147/14, cujos termos conhece na íntegra, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório – Pregão Eletrônico, realizado pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal – S.P. e usufruir o tratamento favorecido, em observância ao previsto no § 2º, art. 4º da Lei Federal nº. 14.133/2.021.

• Os documento eletrônicos devem ser enviados no **e-mail** _____, aos cuidados de _____.

Por ser verdade assina o presente.

....., de de 2.025.

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

PROCESSO: 12.661/2.025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DESTINADO À EDUCAÇÃO INFANTIL, EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO, AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

O MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL, por seu Departamento Municipal de Administração, neste ato representada por Sérgio Ferreira do Carmo, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a aquisição de material didático destinado à Educação Infantil, em consonância com os princípios constitucionais da educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a serem executados, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1 - Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTIDA DE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1					
2					
3					
...					

1.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 - O Termo de Referência e o ETP que embasou a contratação;



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

1.2.2 - O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3 - A Proposta do Contratado e eventuais anexos;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias contados d(a) assinatura deste contrato.

2.2 - prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 - O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.4 - O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

5.5 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.6 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor de Amplo de correção monetária.

5.7 - Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



5.8 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.8.1 - o prazo de validade;

5.8.2 - a data da emissão;

5.8.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

5.8.4 - o período respectivo de execução do contrato;

5.8.5 - o valor a pagar; e

5.8.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.9 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobreestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.10 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.11 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.12 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.14 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.15 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.16 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.17 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (ART. 92, V)

6.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/10/2.025.

6.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - São obrigações do Contratante:

7.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7 - Cientificar o Departamento Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

7.1.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando aplicável.



7.1.11 - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1 - manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.4 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



8.1.10 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.21 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



9.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.8 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se propõham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.9 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.10 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92, XIV)

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:



11.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

11.1.9 - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4 - Multa:

i - moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

ii - compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)



11.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.9.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2 - as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4 - os danos que dela provierem para o Contratante;

11.9.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).



11.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX)

12.1 - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2 - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.9.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3 - Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART.92, VIII)

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Espírito Santo do Pinhal deste exercício.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART.92, III)

14.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro de Espírito Santo do Pinhal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

Espírito Santo do Pinhal, de..... de 2.025.

Sergio Ferreira do Carmo
Diretor do Departamento de Administração
Município de Espírito Santo do Pinhal

Representante legal do CONTRATADO



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

Marilda dos Santos Miglinski
Diretora do Departamento de Educação
Gestora do Contrato

Thais Couto Jonas Biasini
Assessora Pedagógica Escolar
Fiscal do Contrato



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATADO:

CONTRATO Nº. ____/2.025

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

1. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Espírito Santo do Pinhal/SP, ____ de ____ de 2.025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Sergio Del Bianchi Junior

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 286.040.788-00



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

- - - Estado de São Paulo - - -

Centro Administrativo "Marilza Oliveira Gomes Pereira"

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: Sergio Ferreira do Carmo

Cargo: Diretor do Departamento de Administração

CPF: 059.120.498-33

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Sergio Ferreira do Carmo

Cargo: Diretor do Departamento de Administração

CPF: 059.120.498-33

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Sergio Ferreira do Carmo

Cargo: Diretor do Departamento de Administração

CPF: 059.120.498-33

Assinatura:

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Marilda dos Santos Miglinski

Cargo: Diretora do Departamento de Educação

CPF: 016.186.898-35

Assinatura:

FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Thais Couto Jonas Biasini

Cargo: Assessora Pedagógica Escolar

CPF: 333.027.988-57

Assinatura: